

Globalização e crise do Estado-Nação

Octavio Ianni *

Quando termina a Guerra Fria, com a dissolução do bloco soviético, intensifica-se e estende-se o desenvolvimento do capitalismo. As nações que haviam experimentado projetos socialistas transformam-se em espaços do mercado mundial, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, que atinge mais ou menos drasticamente tanto a América Latina e o Caribe como a Ásia, África e Europa Central e Oriental. Inclusive a Europa Ocidental, o Japão e os Estados Unidos são envolvidos nos processos e estruturas deflagrados com a globalização do capitalismo desenvolvida por dentro da Guerra Fria e acelerada com a transformação do mundo socialista em uma vasta fronteira de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo.

Esse é o cenário histórico ou, mais propriamente, geohistórico, no qual o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como as corporações transnacionais pressionam estados nacionais a promoverem reformas políticas, econômicas e sócio-culturais, envolvendo amplamente instituições jurídico-políticas, destinadas a favorecer a dinâmica das forças produtivas e relações capitalistas de produção. Esse o clima em que a reforma do Estado se torna a palavra de ordem predominante em todo o mundo.

* Professor do IFCH da UNICAMP.

São diversas, diferentes e insistentes as pressões externas e internas destinadas a provocar a reestruturação do Estado. Trata-se de promover a desestatização e desregulação da economia nacional; simultaneamente, promover a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência. Além disso, abrem-se os mercados, facilitam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. Muitas conquistas sociais de diferentes categorias operárias e outros assalariados já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem tais como "mercado", "produtividade", "competitividade"; com graves prejuízos para os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de "mercados emergentes", é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora¹.

Sim, a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas. Um Estado-Nação em crise, amplamente determinado pelo jogo das forças produtivas predominantes em escala mundial, dispõe de escassas ou nulas condições para manifestar ou conquistar soberania. Nesse Estado-Nação, as classes e os grupos sociais subalternos terão de criar e desenvolver outras e novas formas de organização, conscientização e luta, para formular e por em prática hegemonias alternativas.

Sem esquecer que grande parte da vida política, em âmbito local, nacional, regional e mundial, é dominada ou induzida pela

mídia, isto é, pelas corporações da mídia, em geral controladas por grupos e blocos de poder predominantes em escala mundial².

Esse contexto em que se verifica **uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a Sociedade Civil**. Amplos setores da sociedade civil, compreendendo classes e grupos sociais, são alijados, barrados, esquecidos ou desafiados a situarem-se e moverem-se apenas ou principalmente nos espaços do mercado. Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças, mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder³.

Ocorre que o metabolismo Estado e sociedade civil, que se havia criado e desenvolvido com a criação e o desenvolvimento de projetos nacionais, esse metabolismo se rompe, mutila ou simplesmente esfacela, com a adoção de projetos de capitalismo transnacionalizado, fortemente determinados pelos processos e as estruturas predominantes no capitalismo global. Daí a dissociação Estado e sociedade civil, uma anomalia com sérias implicações práticas e teóricas.

A dissociação entre Estado e sociedade civil, conforme ocorre sob o neoliberalismo, torna o Estado muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil. Amplos setores da sociedade civil são desafiados a situarem-se na lógica de um mercado, ou de mercados, nos quais a força e o predomínio das corporações transnacionais dificulta ou simplesmente anula a capacidade de negociação de diferentes categorias de assalariados. Simultaneamente, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais das classes e grupos sociais subalternos são colocados em desvantagem, por sua reduzida capacidade de mobilizar recursos materiais e organizatórios para movimen-

tar as reivindicações de amplos setores da sociedade. Sem esquecer que a mídia, isto é, as corporações da mídia transnacional e transnacionalizada predominam no debate, equacionamento, decisão e implementação de grande parte do que se refere à política; isto é, assuntos relativos à soberania e à hegemonia, passando por democracia e cidadania. Assim, enquanto a maioria da sociedade civil sente-se, define-se e atua enquanto nacional, o Estado é levado a comprometer-se e atuar em termos das injunções do que é transnacional. Sim, sob o neoliberalismo, quando se dá a dissociação entre o Estado e a sociedade civil, o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes em escala mundial. Trata-se de um Estado comprometido principalmente com a abertura e a fluência dos "fatores de produção" nos mercados, tendo em conta os dinamismos do capital produtivo e especulativo, bem como das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, além dos movimentos do mercado de força de trabalho; tudo isso conforme as sugestões, injunções ou imposições das corporações transnacionais, em geral secundadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Grupo dos 7, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras organizações empenhadas em favorecer a dinâmica dos "fatores de produção"; com escassa ou nula atenção por suas implicações ou custos sociais.

Esse processo de dissociação é evidente nos países da América Latina e Caribe, revelando-se mais ou menos acentuado em países da África, Ásia, Europa Central e Europa de Leste; é também evidente na Europa Ocidental e na América do Norte, compreendendo os Estados Unidos e Canadá. É claro que a dissociação, a rearticulação, o desencontro e muitas vezes o confronto entre a maior parte da sociedade civil e as tendências predominantes no Estado não se revelam semelhantemente em todas as partes. Em muitos, o problema logo fica evidente no que se refere à indiferença ou incapacidade do Estado de fazer face ao

desemprego estrutural e ao agravamento da questão social. Em outros, e esse é o caso dos Estados Unidos, o problema logo fica evidente pelo desinteresse crescente de amplos setores da população pela política e pelo processo eleitoral, o que se concretiza na altíssima abstenção dos eleitores. Sem esquecer que nos Estados Unidos, assim como em outras nações do Grupo dos 7, muitos imigrantes, de todos os tipos, são barrados pela xenofobia, etnicismo, racismo e fundamentalismo.

Sim, também na América Latina e Caribe são muitos os que não são aceitos, ou são apenas tolerados, o que coloca negros, mulatos, índios, criolos, cholos e outros na condição de "outros", "diferentes", "não integrados"⁴.

A rigor, o Estado-Nação sempre foi e continua a ser uma realidade problemática, atravessada por processos de integração e dissociação, desenvolvimento e distorção, acomodação e fragmentação. A questão nacional continua a desafiar indivíduos e coletividades, em termos práticos e teóricos. São poucas as nações, e em momentos nem sempre duradouros, que alcançaram ou alcançam razoável integração entre a sociedade civil e o Estado. Na maioria dos casos, subsistem tensões, antagonismos e contradições muitas vezes profundos, umas vezes no âmbito de regimes democráticos e, na maioria dos casos, em regimes autoritários, tirânicos ou nazifascistas. As longas e famosas tiranias que atravessam a história da América Latina e Caribe comprovam uma história de dissociações reiteradas e demoradas, oligárquicas, populistas, militaristas ou outras; em geral alimentadas, apoiadas ou mesmo criadas pela combinação de imperialismos com os seus aliados nativos.

Talvez se possa afirmar que a dissociação Estado e sociedade civil seja algo congênito, algo inerente à questão nacional, já que a nação sempre foi, e continua a ser, um processo histórico-social problemático. A novidade, na época da globalização do capitalismo, quando o neoliberalismo se torna a prática e ideologia predominante em escala mundial, é que essa dissociação adquire profundidade e extensão sem precedentes, transformando

amplos setores da sociedade civil em deserdados, não só de condições e possibilidades de soberanias e hegemonias, mas também de bases sociais indispensáveis à sobrevivência.

Nessa situação, indivíduos e coletividades, compreendendo grupos e classes sociais, etnias e gêneros, são desafiados a criar ou recriar movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, bem como formular novas interpretações e novos meios de conscientização e atuação, para fazer com que a sociedade civil caminhe no sentido de influenciar, conquistar ou educar duramente o poder estatal. Para isso, pode ser indispensável que as classes e os grupos sociais subalternos de diferentes países, próximos e distantes, se associem, organizem, conscientizem. Trata-se de somar e multiplicar experiências e vivências, organizações e conscientizações, reivindicações e lutas, de modo a fortalecer e dinamizar a globalização desde baixo⁵.

NOTAS

¹ Alfredo Guerra-Borges (coord.), *Nuevo Orden Mundial: Reto para la Insercion de América Latina*, Instituto de Investigaciones Economicas, UNAM, Mexico, 1994; Cuadernos Arcis-Lom, *Globalización, Modernización y Equidad en América Latina*, Santiago, 1997.

² Stefano Rodotà, *Tecnopolitica*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1997.

³ Octavio Ianni, *A Era do Globalismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997. Jeremy Brecher, John Brown Childs and Jill Cutler (Editors), *Global Visions (Beyond the New World Order)*, South End Press, Boston, 1993; Doctors Without Borders, *World in Crisis (The Politics of Survival at the End of the Twentieth Century)*, Routledge, Londres, 1997.

⁴ José Maria Arguedas, *Formación de una Cultura Nacional Indoamericana*, seleção e prólogo de Angel Rama, Siglo Veintiuno Editores, México, 1977; José Alcina Franch (Org.), *Indianismo e Indigenismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1990; Magnus Mörner, *Race Mixture in the History of Latin America*, Little Brown and Co., Boston, 1967; Roger Bastide, *As Américas Negras*, trad. de Eduardo de Oliveira e Oliveira, Difel, São Paulo, 1974.

- ⁵ Pablo González Casanova, *O Colonialismo Global e a Democracia*, trad. de Márcia Camargo Cavalcanti, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995; Pablo González Casanova e John Saxe-Fernández (Organizadores), *El Mundo Actual: Situación y Alternativas*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1996; Tomas Moulian, *Chile Actual: Anatomía de un Mito*, Lom-Arcis, Santiago, 1998; Gerónimo de Sierra (Compilador), *Democracia Emergente en América del Sur*, Unam, México, 1994; Carlos M. Vilas, *América Latina en el "Nuevo Orden Mundial"*, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias, Unam, México, 1994.